



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

21/08/2017 ATÉ 21/08/2017

INDÍCE

| | | |
|---|--|----|
| 1 | AÇÕES TJMA | |
| | 1.1 SITE O MARANHENSE..... | 1 |
| 2 | DECISÕES | |
| | 2.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... | 2 |
| 3 | DESEMBARGADOR | |
| | 3.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO..... | 3 |
| 4 | JUÍZES | |
| | 4.1 BLOG ATUAL 7..... | 4 |
| | 4.2 BLOG CESAR BELO..... | 5 |
| | 4.3 BLOG DANIEL MATOS..... | 6 |
| | 4.4 BLOG DO DJALMA RODRIGUES..... | 7 |
| | 4.5 BLOG DO LINHARES..... | 8 |
| | 4.6 BLOG DO MARCIAL LIMA..... | 9 |
| | 4.7 BLOG DO VARÃO..... | 10 |
| | 4.8 BLOG GENIVALDO ABREU..... | 11 |
| | 4.9 BLOG GLAUCIO ERICEIRA..... | 12 |
| | 4.10 BLOG ISAÍAS ROCHA..... | 13 |
| | 4.11 BLOG JORGE ARAGÃO..... | 14 |
| | 4.12 BLOG LUÍS PABLO..... | 15 |
| | 4.13 BLOG O INFORMANTE..... | 16 |
| | 4.14 BLOG THALES CASTRO..... | 17 |
| | 4.15 IMIRANTE.COM..... | 18 |
| | 4.16 INTERNET - OUTROS..... | 19 |
| | 4.17 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO..... | 20 |
| 5 | PRECATÓRIOS | |
| | 5.1 BLOG DO NETO FERREIRA | 21 |
| 6 | SERVENIAS EXTRAJUDICIAIS | |
| | 6.1 BLOG DOMINGOS COSTA..... | 22 |
| | 6.2 BLOG RAIMUNDO GARRONE..... | 23 |
| | 6.3 INTERNET - OUTROS..... | 24 |
| 7 | VARA CRIMINAL | |
| | 7.1 BLOG DO MARCIAL LIMA..... | 25 |
| | 7.2 ICURURUPU..... | 26 |
| | 7.3 IMIRANTE.COM..... | 27 |
| | 7.4 PÁGINA 2..... | 28 |
| | 7.5 SITE JORNAL PEQUENO..... | 29 |
| 8 | VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS | |
| | 8.1 BLOG GILBERTO LEDA..... | 30 |
| | 8.2 INTERNET - OUTROS..... | 31 |

São Luís sediará seminário para orientar presidentes de câmaras municipais

19/08/2017 20:57:46

Limites do Poder Legislativo municipal e esclarecimentos sobre atividades de controle e fiscalização externa. Estes serão alguns dos temas abordados durante o I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais. O evento está marcado para acontecer na próxima quarta-feira 23, no Salão Carnaúba do Rio Poty Hotel, na capital maranhense.

A abertura será feita pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Astro de Ogum (PR), e contará com a presença de representantes do Poder Executivo e Judiciário estadual, além de membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Dos 217 presidentes de câmaras municipais do Maranhão, 190 já confirmaram presença. De acordo com a programação, o seminário terá início às 9 horas e segue até às 17 horas. O credenciamento deve ser feito no próprio local, a partir das 8 horas.

Um dos palestrantes será o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, juiz Douglas de Melo Martins. Ele irá proferir palestra sobre "O Poder Judiciário e o Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa no Âmbito Municipal".

A programação inclui, ainda, palestras sobre "O sistema orçamentário e a LRF", com o procurador legislativo da CMSL, Samuel de Miranda Melo; "Controle Preventivo do TCE", que será ministrada pelo presidente do TCE-MA, conselheiro Caldas Furtado; e "O julgamento de Contas pelas Câmaras Municipais", tendo como expositor o chefe da Procuradoria-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga.

Fundação da Fecam

Durante o encontro, representantes das câmaras de vereadores devem formalizar a criação da fundação da Federação das Câmaras Municipais (Fecam) do Maranhão, nova entidade representativa do legislativo, que pretende auxiliar os chefes dos legislativos municipais.

"A ideia da criação da Fecam é unificar e representar as reivindicações das câmaras, que têm problemas muito específicos em relação às gestões municipais, e fortalecê-las na discussão com as autoridades competentes", destacou Astro de Ogum, idealizador da proposta de criação da entidade.

Programação

8h00min - Credenciamento

8h30min - Abertura: Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura de São Luís, Mesa Diretora da Câmara

Municipal de São Luís, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Procuradoria Geral da Câmara Municipal de São Luís.

9h00min - "O julgamento de contas pelas Câmaras Municipais". Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

10h15min - "O Poder Judiciário e julgamento das ações de improbidade administrativa no âmbito municipal". Prof. Me. Douglas Melo Martins, Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

11h00min - "Controle preventivo do Tribunal de Contas do Estado". Dr. José de Ribamar Caldas Furtado, Presidente do Tribunal de Contas do Estado/ MA".

12h00min - Almoço.

14h30min - "O Sistema Orçamentário e a Lei de Responsabilidade Fiscal". Prof. Me. Samuel de Miranda Melo, Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Luís.

15h30min - Aprovação da Ata de Fundação da Federação das Câmaras Municipais (Fecam) do Maranhão

17h00min - Encerramento.

SÃO LUÍS SEDIARA SEMINÁRIO PARA PRESIDENTES DE CÂMARA MUNICIPAIS

agosto 21, 2017 Cesar Bello Comentários

Limites do Poder Legislativo e esclarecimentos sobre atividades de controle e fiscalização externa compõem, em meio a outros temas, a programação do I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais que será aberto na manhã da próxima quarta-feira (23), pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís (CMSL), vereador Astro de Ogum (PR), com os dirigentes das 217 Câmaras Municipais existentes no Estado, sendo que destes 190 já confirmaram presença.

O evento deve contar com a presença do governador Flávio Dino (PCdoB), do prefeito de São Luís, Edivaldo de Holanda Júnior (PDT), representantes do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, ocorrerá no a Salão Carnaúba do Rio Poty Hotel, em São Luís. A programação inicia às 9h e segue até às 17h00. O credenciamento deve ser feito a partir das 8h00 no mesmo local.

Um dos palestrantes do evento será o juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, Douglas de Melo Martins, que vai proferir palestra sobre “O Poder Judiciário e o Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa no Âmbito Municipal”.

A programação inclui ainda palestras sobre “O sistema orçamentário e a LRF”, com o procurador legislativo da Câmara de São Luís, Samuel de Miranda Melo; “Controle Preventivo do TCE”, que será ministrada pelo presidente do TCE, José de Ribamar Caldas Furtado; e “O julgamento de Contas pelas Câmaras Municipais”, tendo como expositor o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

FUNDAÇÃO DA FECAM

Durante o encontro, representantes das câmaras municipais devem formalizar a criação da fundação da Federação das Câmaras Municipais do Maranhão - FECAM/MA, nova entidade representativa do legislativo, que pretende a auxiliar os chefes dos legislativos municipais.

“A ideia da criação da FECAM/MA é unificar e representar as reivindicações das câmaras, que têm problemas muito específicos em relação às gestões municipais, e fortalece-las na discussão com as autoridades competentes”, destacou Astro de Ogum, idealizador da proposta de criação da entidade.

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO

08h - Credenciamento

08h30 - Abertura: Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura de São Luís, Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Luís, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Procuradoria Geral da Câmara Municipal de São Luís.

09h00 - “O julgamento de contas pelas Câmaras Municipais”. Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

10h15 - "O Poder Judiciário e julgamento das ações de improbidade administrativa no âmbito municipal". Prof. Me. Douglas Melo Martins, Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

11h00 - "Controle preventivo do Tribunal de Contas do Estado". Dr. José de Ribamar Caldas Furtado, Presidente do Tribunal de Contas do Estado/ MA".

12h00 - Almoço.

14h30 - "O Sistema Orçamentário e a Lei de Responsabilidade Fiscal". Prof. Me. Samuel de Miranda Melo, Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Luís.

15h30 - Aprovação da Ata de Fundação da Federação das Câmaras Municipais do Maranhão - FECAM/MA

17h00 - Encerramento.

São Luís sediará seminário para orientar presidentes de Câmaras Municipais

20/08/2017 12:00:55

Presidente da Câmara Municipal de São Luís, Astro de Ogum, é o idealizador do seminário

Limites do Poder Legislativo e esclarecimentos sobre atividades de controle e fiscalização externa compõem, em meio a outros temas, a programação do I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais que será aberto na manhã da próxima quarta-feira (23), pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís (CMSL), vereador Astro de Ogum (PR), com os dirigentes das 217 Câmaras Municipais existentes no Estado, sendo que destes 190 já confirmaram presença.

O evento deve contar com a presença do governador Flávio Dino (PCdoB), do prefeito de São Luís, Edivaldo de Holanda Júnior (PDT), representantes do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, ocorrerá no a Salão Carnaúba do Rio Poty Hotel, em São Luís. A programação inicia às 9h e segue até às 17h00. O credenciamento deve ser feito a partir das 8h00 no mesmo local.

Um dos palestrantes do evento será o juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, Douglas de Melo Martins, que vai proferir palestra sobre "O Poder Judiciário e o Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa no Âmbito Municipal".

A programação inclui ainda palestras sobre "O sistema orçamentário e a LRF", com o procurador legislativo da Câmara de São Luís, Samuel de Miranda Melo; "Controle Preventivo do TCE", que será ministrada pelo presidente do TCE, José de Ribamar Caldas Furtado; e "O julgamento de Contas pelas Câmaras Municipais", tendo como expositor o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

FUNDAÇÃO DA FECAM

Durante o encontro, representantes das câmaras municipais devem formalizar a criação da fundação da Federação das Câmaras Municipais do Maranhão - FECAM/MA, nova entidade representativa do legislativo, que pretende a auxiliar os chefes dos legislativos municipais.

"A ideia da criação da FECAM/MA é unificar e representar as reivindicações das câmaras, que têm problemas muito específicos em relação às gestões municipais, e fortalece-las na discussão com as autoridades competentes", destacou Astro de Ogum, idealizador da proposta de criação da entidade.

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO

08h - Credenciamento

08h30 - Abertura: Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura de São Luís, Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Luís, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Procuradoria Geral da Câmara Municipal de São Luís.

09h00 - "O julgamento de contas pelas Câmaras Municipais". Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

10h15 - "O Poder Judiciário e julgamento das ações de improbidade administrativa no âmbito municipal". Prof. Me. Douglas Melo Martins, Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

11h00 - "Controle preventivo do Tribunal de Contas do Estado". Dr. José de Ribamar Caldas Furtado, Presidente do Tribunal de Contas do Estado/ MA".

12h00 - Almoço.

14h30 - "O Sistema Orçamentário e a Lei de Responsabilidade Fiscal". Prof. Me. Samuel de Miranda Melo, Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Luís.

15h30 - Aprovação da Ata de Fundação da Federação das Câmaras Municipais do Maranhão - FECAM/MA

17h00 - Encerramento.

O post [São Luís sediará seminário para orientar presidentes de Câmaras Municipais](#) apareceu primeiro em [Daniel Matos](#).

São Luís sediará seminário para orientar presidentes de Câmaras Municipais

19/08/2017 13:20:00

Limites do Poder Legislativo e esclarecimentos sobre atividades de controle e fiscalização externa compõem, em meio a outros temas, a programação do I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais que será aberto na manhã da próxima quarta-feira (23), pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís (CMSL), vereador Astro de Ogum (PR), com os dirigentes das 217 Câmaras Municipais existentes no Estado, sendo que destes 190 já confirmaram presença.

O evento deve contar com a presença do governador Flávio Dino (PCdoB), do prefeito de São Luís, Edivaldo de Holanda Júnior (PDT), representantes do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, ocorrerá no a Salão Carnaúba do Rio Poty Hotel, em São Luís. A programação inicia às 9h e segue até às 17h00. O credenciamento deve ser feito a partir das 8h00 no mesmo local.

Um dos palestrantes do evento será o juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, Douglas de Melo Martins, que vai proferir palestra sobre "O Poder Judiciário e o Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa no Âmbito Municipal".

A programação inclui ainda palestras sobre "O sistema orçamentário e a LRF", com o procurador legislativo da Câmara de São Luís, Samuel de Miranda Melo; "Controle Preventivo do TCE", que será ministrada pelo presidente do TCE, José de Ribamar Caldas Furtado; e "O julgamento de Contas pelas Câmaras Municipais", tendo como expositor o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

FUNDAÇÃO DA FECAM

Durante o encontro, representantes das câmaras municipais devem formalizar a criação da fundação da Federação das Câmaras Municipais do Maranhão - FECAM/MA, nova entidade representativa do legislativo, que pretende a auxiliar os chefes dos legislativos municipais.

"A ideia da criação da FECAM/MA é unificar e representar as reivindicações das câmaras, que têm problemas muito específicos em relação às gestões municipais, e fortalece-las na discussão com as autoridades competentes", destacou Astro de Ogum, idealizador da proposta de criação da entidade.

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO

08h - Credenciamento

08h30 - Abertura: Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura de São Luís, Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Luís, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Procuradoria Geral da Câmara Municipal de São Luís.

09h00 - "O julgamento de contas pelas Câmaras Municipais". Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

10h15 - "O Poder Judiciário e julgamento das ações de improbidade administrativa no âmbito municipal". Prof. Me. Douglas Melo Martins, Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

11h00 - "Controle preventivo do Tribunal de Contas do Estado". Dr. José de Ribamar Caldas Furtado, Presidente do Tribunal de Contas do Estado/ MA".

12h00 - Almoço.

14h30 - "O Sistema Orçamentário e a Lei de Responsabilidade Fiscal". Prof. Me. Samuel de Miranda Melo, Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Luís.

15h30 - Aprovação da Ata de Fundação da Federação das Câmaras Municipais do Maranhão - FECAM/MA

17h00 - Encerramento.

O post [São Luís sediará seminário para orientar presidentes de Câmaras Municipais](#) apareceu primeiro em [Blog do Djalma Rodrigues](#).

CNJ investigará salários de juízes de todo o país, decide Carmem Lúcia

19/08/2017 20:48:32

Depois de uma semana movimentada com a repercussão do caso do [contracheque de mais de meio milhão de reais pago a um magistrado do MT em julho](#) e suspeitas de irregularidades a mais 83 juízes do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), a presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, decidiu que o órgão vai investigar a folha de pagamentos de todos os magistrados do país. De acordo com portaria publicada pelo CNJ no dia 18, os tribunais de Justiça de todos os estados deverão enviar mensalmente ao conselho cópias do contracheque dos magistrados cinco dias após a liberação do pagamento.

Cinco dias antes da divulgação pela imprensa do **escandaloso contracheque**, por causa da crise fiscal, os ministros do Supremo concordaram, por oito votos a três, em não conceder a si mesmos reajuste salarial em 2018. Como explicar, então, que um juiz de primeira instância recebera 15 vez mais do que eles, a maior parte em indenização?

O conselho determinou ainda a suspensão imediata de novos repasses.

Segundo o TJ do Mato Grosso, os pagamentos foram amparados em decisão do CNJ. O juiz Mirko Vincenzo Giannotte, um dos magistrados beneficiados por um pagamento de R\$ 503 mil, disse que os valores foram recebidos como compensações legais por ter atuado por dez anos em comarcas maiores da que está lotado e que ["não estava nema aí"](#) com a polêmica envolvendo o seu contracheque.

"A partir do mês de setembro de 2017, todos os tribunais do país submetidos ao contro- Pestana será relator das metas fiscais CONGRESSO le administrativo do Conselho Nacional de Justiça encaminharão, até cinco dias após o pagamento aos magistrados, cópia da folha de pagamentos realizados para divulgação ampla aos cidadãos e controle dos órgãos competentes e para controle da regularidade do orçamento e finanças de cada qual dos Tribunais pelo Conselho Nacional de Justiça", diz a portaria do CNJ. Conforme a nova norma, o CNJ vai divulgar em seu site todos dados sobre a folha de pagamento dos magistrados do país

Justiça determina que Estado forneça medicamento à paciente portadora de doença degenerativa

21/08/2017 00:00:00

A juíza Rafella Saif Rodrigues, em decisão proferida na última semana, na Comarca de Raposa, determinou bloqueio de recursos do Estado do Maranhão com vistas ao tratamento de R.S. De acordo com a sentença, o objetivo da tutela antecipada (decisão judicial com efeito imediato) é adquirir o medicamento Idebenone, que ajuda na prevenção de complicações cardíológicas e evita o crescimento do miocárdio. Esse é o segundo pedido deferido pela Justiça neste caso. O primeiro foi em 2015.

A demandante é portadora da doença degenerativa "ataxia de Friedreich", que é hereditária (genética) e que condiciona uma deterioração de determinadas células nervosas ao longo do tempo. Em muitos casos, esta doença afeta igualmente o coração, alguns ossos e as células no pâncreas que produzem insulina. A doença começa, tipicamente, por uma dificuldade na marcha. As pessoas com ataxia de Friedreich desenvolvem movimentos trêmulos e desajeitados nas pernas (denominada marcha atáxica) durante a infância ou o início da adolescência.

Com o agravamento da doença, a partir de 2014, a autora da ação tem a necessidade de ingestão contínua de 7 (sete) pílulas diárias do medicamento Idebenone 45mg. Como não possui condições de trabalho nem financeiras, procurou a Secretaria de Saúde de São Luís, que alegou não ser de sua responsabilidade haja vista que a requerente mora na Raposa. Ela foi informada, ainda, de que tal medicamento não é encontrado na rede pública de saúde.

"Demonstrada a patologia, conforme relatórios médicos anexados aos autos, bem como a necessidade de tratamento e a impossibilidade de arcar com os custos de sua cura, é dever do Estado suprir tal necessidade (?) Muito menos o judiciário poderia ficar inerte frente a urgência demonstrada por quem dele se socorreu, não deve o Estado omitir-se na garantia do direito à saúde", destaca a magistrada em decisão datada de 2015.

Em audiência realizada recentemente, o Estado comprovou a abertura de processo licitatório para adquirir o medicamento, mas ainda não há previsão de quando estará disponível, daí a necessidade de bloqueio de recursos para imediata aquisição do Idebenone. "É importante frisar que o medicamento é para possibilitar que a vida da paciente se alongue, até que ela seja curada. Existe a possibilidade de que ela nem esteja viva ao término de um processo judicial, por isso o deferimento da tutela antecipada", narra a magistrada na análise dos pedidos da autora, enfatizando sobre a gravidade da doença.

"Defiro o pedido e determino novo bloqueio *on-line* do correspondente a mais seis meses de tratamento, que equivale a R\$ 1.377, 94 das contas do Estado, com o fim de garantir o medicamento Idebenone 45mg (?) em caso de permanência de omissão do Estado, novos bloqueios poderão ser realizados a fim de garantir o completo tratamento da requerente", decidiu a juíza.

Acusado de tentativa de feminicídio é julgado em Codó

21/08/2017 00:00:00

A 3ª Vara da Comarca de Codó está realizando vários julgamentos neste mês, seis no total, constantes na pauta. O primeiro tribunal do júri já ocorreu, tendo como réu Antônio Barbosa Araújo. Ele estava sendo acusado de tentativa de feminicídio praticado contra Silene de Jesus. Considerado culpado, ele recebeu a pena de seis anos de reclusão, a ser cumprida, inicialmente, em regime semiaberto.

Conforme a denúncia, esse crime aconteceu em dezembro de 2011 e consta que Antônio teria ligado para Silene e pedido 200 reais emprestados. Ela teria dito que não emprestaria. Pouco tempo depois, ao avistar Silene na rua andando de moto, ele teria batido na moto da mulher de propósito fazendo com que ela caísse.

Ato contínuo, o denunciado desceu do carro e teria disparado quatro vezes contra ela, atingindo-a por três vezes, sendo um tiro no peito e dois nas costas de Silene. Em depoimento à polícia, Antônio Barbosa teria confessado a autoria do crime, motivado, segundo ele, pelo desespero e medo de que o relacionamento dos dois chegasse ao fim.

Os próximos julgamentos na unidade judicial ocorrem nos dias 22, 23, 29, 30 e 31 deste mês. As sessões estão marcadas para o auditório do Salão do Júri do Fórum de Codó e terão a presidência do juiz Ailton Gutemberg, titular da unidade. Os réus são Raimundo Nonato da Conceição, James Dean Silva Rodrigues, Reginaldo Sousa, Francisco Cleiton Delgado, Evilásio Santos e Messias de Oliveira de Sousa.

O julgamento desta terça-feira (22) traz como réu James Dean Silva Rodrigues, acusado de ter matado a facadas Francisco das Chagas Pereira da Luz. Segundo o inquérito policial, o crime aconteceu em outubro de 2004, quando acusado e vítima discutiram fortemente e, em meio às agressões e empurrões, James Dean teria sacado uma arma branca (faca) e golpeado Francisco das Chagas.

Mesmo ferida, a vítima ainda tentou fugir de James, mas foi alcançada e, novamente, atingida por golpes de faca. Todo o episódio foi presenciado por várias testemunhas, que confirmaram a intenção de James Dean em matar Francisco das Chagas.

(Informações do TJ-MA)

Governo não repassa dinheiro para pagamento de precatórios prioritários

20/08/2017 09:00:29

É cada vez mais difícil a situação de quem tem urgência em receber os pagamentos de precatórios pelo governo do Estado.

Um dos beneficiados com o precatório prioritário, que prefere não ser identificado, informou que segue aguardando o pagamento prometido pelo governo Flávio Dino. Marcado para ser pago no fim de julho, até agora nenhum centavo apareceu.

"Segundo a minha advogada já era para pagar, mas não pagaram porque não foi repassado o dinheiro pelo Executivo", explicou.

Na lista de prioridades por motivo de doença, o credor, que enviou denúncia ao Blog do Luis Pablo, está precisando muito do dinheiro para conseguir realizar o tratamento de saúde que requer muitos gastos com viagens e medicamentos.

Até o momento apenas os credores do mês de junho receberam, segundo a denúncia. A lista de prioridades tem um total de 321 beneficiados.

O Tribunal de Justiça havia sequestrado R\$ 96 milhões dos cofres do Estado para realizar os pagamentos de precatórios, mas o desembargador Cleones Cunha suspendeu a decisão após um pedido de reconsideração do governo Flávio Dino (PCdoB).

Na ocasião, o Executivo Estadual se comprometeu em utilizar os R\$ 90 milhões de depósitos judiciais para pagar precatórios em que o Estado aparece como devedor. Também foi acertado o repasse de mais uma parcela mensal de R\$ 3 milhões pelo governo.

Porém, ao que tudo indica e, principalmente, pelo pedido de socorro de quem necessita urgente do dinheiro, o governador não cumpriu sua parte do acordo. Fica o alerta ao desembargador Cleones Cunha que, quando decidiu pela suspensão, explicou que a mesma dependia do cumprimento do que foi prometido pelo Estado.

São Luís sediará seminário para orientar presidentes de câmaras municipais

20/08/2017 16:55:13

Limites do Poder Legislativo municipal e esclarecimentos sobre atividades de controle e fiscalização externa. Estes serão alguns dos temas abordados durante o I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais. O evento está marcado para acontecer na próxima quarta-feira 23, no Salão Carnaúba do Rio Poty Hotel, na capital maranhense.

A abertura será feita pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Astro de Ogum (PR), e contará com a presença de representantes do Poder Executivo e Judiciário estadual, além de membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Dos 217 presidentes de câmaras municipais do Maranhão, 190 já confirmaram presença. De acordo com a programação, o seminário terá início às 9 horas e segue até às 17 horas. O credenciamento deve ser feito no próprio local, a partir das 8 horas.

Um dos palestrantes será o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, juiz Douglas de Melo Martins. Ele irá proferir palestra sobre "O Poder Judiciário e o Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa no Âmbito Municipal".

A programação inclui, ainda, palestras sobre "O sistema orçamentário e a LRF", com o procurador legislativo da CMSL, Samuel de Miranda Melo; "Controle Preventivo do TCE", que será ministrada pelo presidente do TCE-MA, conselheiro Caldas Furtado; e "O julgamento de Contas pelas Câmaras Municipais", tendo como expositor o chefe da Procuradoria-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga.

Fundação da Fecam

Durante o encontro, representantes das câmaras de vereadores devem formalizar a criação da fundação da Federação das Câmaras Municipais (Fecam) do Maranhão, nova entidade representativa do legislativo, que pretende auxiliar os chefes dos legislativos municipais.

"A ideia da criação da Fecam é unificar e representar as reivindicações das câmaras, que têm problemas muito específicos em relação às gestões municipais, e fortalecê-las na discussão com as autoridades competentes", destacou Astro de Ogum, idealizador da proposta de criação da entidade.

Programação

8h00min - Credenciamento

8h30min - Abertura: Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura de São Luís, Mesa Diretora da Câmara

Municipal de São Luís, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Procuradoria Geral da Câmara Municipal de São Luís.

9h00min - "O julgamento de contas pelas Câmaras Municipais". Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

10h15min - "O Poder Judiciário e julgamento das ações de improbidade administrativa no âmbito municipal". Prof. Me. Douglas Melo Martins, Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

11h00min - "Controle preventivo do Tribunal de Contas do Estado". Dr. José de Ribamar Caldas Furtado, Presidente do Tribunal de Contas do Estado/ MA".

12h00min - Almoço.

14h30min - "O Sistema Orçamentário e a Lei de Responsabilidade Fiscal". Prof. Me. Samuel de Miranda Melo, Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Luís.

15h30min - Aprovação da Ata de Fundação da Federação das Câmaras Municipais (Fecam) do Maranhão

17h00min - Encerramento.

Recibos comprovam que Ricardo Gonçalves pagou advogados com dinheiro do Cartório de Imóveis

21/08/2017 12:33:41

O tabelião condenado pelo CNJ por contabilizar despesas pessoais como gastos da serventia, pagou sua defesa no STF com dinheiro do Cartório.

Recibo do mês de agosto...

Respondendo interinamente pelo cartório mais rico do Maranhão [1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís] graças a uma liminar do ministro do STF, Ricardo Lewandowski, o afortunado tabelião (registrador) Ricardo da Silva Gonçalves pode acabar nas garras da Polícia Federal.

É que na última vez que o tabelião prestou contas de seus gastos ao Tribunal de Justiça do Maranhão o fez através de recibos, sem apresentação de Notas Fiscais e algumas sem autorização.

Os indícios de fraudes fiscais se avolumam nos vários tópicos da representação da Associação dos Titulares de Cartório do Maranhão - ATC/MA e da Associação dos Notários e Registradores do Maranhão - ANOREG/MA enviada ao CNJ. A contratação de serviços advocatícios de cunho pessoal engendrados na contabilidade como se fora de interesse da serventia é uma das suspeitas de crime contra a ordem tributária.

É o caso do pagamento de R\$ 300 mil reais aos advogados José Alves Paulino, Filipe Almeida Alves Paulino e Alessandro Bruno Macêdo Pinto divididos nos meses de agosto, setembro e outubro de 2014, pelos serviços referentes à interposição de Medida Cautelar, com pedido de liminar, no Superior Tribunal de Justiça com a qual pretendia garantir a sua titularidade no cartório do 1º Registro de Imóveis de São Luís, meses depois de ser nomeado como interino. Os recibos de todos os pagamentos aos advogados foram obtidos com exclusividade pelo [blog do Garrone](#).

E mais...

Recibo do mês de setembro...

O ministro Corregedor Nacional de Justiça, João Otávio de Noronha julgou procedente o mérito Reclamação Disciplinar (Leia aqui [a decisã?o/17.01.2017](#)) assinada pelas ATC/MA e Anoreg/MA que aponta uma série de irregularidades praticadas por Ricardo Gonçalves.

Ricardo que administra um faturamento mensal em cerca de R\$ 2 milhões, foi condenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por contabilizar despesas pessoais como gastos para a manutenção dos serviços da serventia extrajudicial; realizar pagamentos em contraprestação a serviços não comprovados ou especificados e sem emissão das notas fiscais correspondentes, quebra de confiança, oneração indevida da renda da serventia

vaga, dentre outras irregularidades consideradas suficientes para o seu afastamento.

Outro lado...

Em sua defesa, Gonçalves alega que as irregularidades apontadas são absolutamente insubsistentes. Diz que o recebimento de valores excedentes ao teto estava amparado por decisões judiciais proferidas pelo TJ/MA e pela Justiça Federal do Maranhão, e que não houve oneração excessiva da serventia, garantindo que todos os gastos foram devidamente justificados e documentados.

Recibo do mês de outubro...

A Reclamação Disciplinar ainda apresenta vários recibos - todos feitos em seu nome - de serviços diversos sem especificação e comprovação de que foram efetivamente realizados. Um exemplo são os assinados em junho, julho, outubro e dezembro de 2014, no valor de 15 mil reais cada, por Milton José Sousa Santos por "serviços de consultoria".

A transferência para o cartório de elevadas despesas com advogados autenticaria uma rota de fuga para o tabelião Gonçalves escapar do Imposto de Renda, que é também calculado pela capacidade do contribuinte em arcar com seus compromissos financeiros.

Negado habeas corpus a acusado de manter ex-namorada em cárcere privado

A Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) negou, por unanimidade, habeas corpus a Cássio de Oliveira Silva, acusado de tentativa de homicídio e cárcere privado da ex-namorada. Consta nos autos que o acusado, inconformado com o fim do namoro de sete anos, se dirigiu à residência da vítima, no dia 28 de junho deste ano, a fim de manter uma conversa sobre o relacionamento amoroso de ambos. Ao perceber que ela estava acompanhada do novo namorado, o acusado ameaçou o mesmo, utilizando uma arma de fogo, adquirida em um ponto de droga por R\$ 1.300,00. Ato contínuo, conduziu a ex-namorada até um motel localizado na capital, mantendo a vítima em cárcere privado.

No pedido de habeas corpus, a defesa alegou ausência de concreta fundamentação na decisão, afirmando que Cássio Oliveira não ostenta periculosidade. Sustentou que o acusado está submetido a constrangimento ilegal e que a sua liberdade foi cerceada com base apenas em abstrações e ilações. Argumentou que o réu possui bons antecedentes criminais, residência fixa e que, embora armado, em momento algum teria ameaçado ou agredido a ex-namorada, pois ela, de forma espontânea, o acompanhou ao motel.

O desembargador Raimundo Melo (relator) negou o pedido de habeas corpus. De acordo com o magistrado, existem fundamentos legais para prisão de Cássio de Oliveira, tendo em vista a periculosidade do acusado, revelada pelo “modus operandi” do crime praticado mediante grave ameaça contra a pessoa com emprego de arma de fogo, inclusive, constando do depoimento da vítima Carlos Eduardo Silva, que o acusado chegou a apertar o gatilho da arma apontando a mesma na direção da vítima, o que justifica a custódia como garantia. Melo ressaltou, ainda, que o ato praticado pelo paciente foi movido por paixão, pelo inconformismo com o fim do relacionamento com a vítima Ilza Cristina. De acordo com o relator, em casos com essas características deve-se garantir a integridade da vítima, pois as estatísticas comprovam que delitos com a mesma gravidade culminam com o agravamento da violência, inclusive com o óbito. O voto do relator foi seguido pelos desembargadores João Santana e Vicente de Paula, conforme parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

São Luís sediará seminário para orientar presidentes de Câmaras Municipais

20/08/2017 04:00:00

Presidente da Câmara Municipal de São Luís, Astro de Ogum, é o idealizador do seminário

Limites do Poder Legislativo e esclarecimentos sobre atividades de controle e fiscalização externa compõem, em meio a outros temas, a programação do I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais que será aberto na manhã da próxima quarta-feira (23), pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís (CMSL), vereador Astro de Ogum (PR), com os dirigentes das 217 Câmaras Municipais existentes no Estado, sendo que destes 190 já confirmaram presença.

O evento deve contar com a presença do governador Flávio Dino (PCdoB), do prefeito de São Luís, Edivaldo de Holanda Júnior (PDT), representantes do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, ocorrerá no a Salão Carnaúba do Rio Poty Hotel, em São Luís. A programação inicia às 9h e segue até às 17h00. O credenciamento deve ser feito a partir das 8h00 no mesmo local.

Um dos palestrantes do evento será o juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, Douglas de Melo Martins, que vai proferir palestra sobre "O Poder Judiciário e o Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa no Âmbito Municipal".

A programação inclui ainda palestras sobre "O sistema orçamentário e a LRF", com o procurador legislativo da Câmara de São Luís, Samuel de Miranda Melo; "Controle Preventivo do TCE", que será ministrada pelo presidente do TCE, José de Ribamar Caldas Furtado; e "O julgamento de Contas pelas Câmaras Municipais", tendo como expositor o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

FUNDAÇÃO DA FECAM

Durante o encontro, representantes das câmaras municipais devem formalizar a criação da fundação da Federação das Câmaras Municipais do Maranhão - FECAM/MA, nova entidade representativa do legislativo, que pretende a auxiliar os chefes dos legislativos municipais. "A ideia da criação da FECAM/MA é unificar e representar as reivindicações das câmaras, que têm problemas muito específicos em relação às gestões municipais, e fortalece-las na discussão com as autoridades competentes", destacou Astro de Ogum, idealizador da proposta de criação da entidade.

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO

08h - Credenciamento

08h30 - Abertura: Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura de São Luís, Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Luís, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do

Estado e Procuradoria Geral da Câmara Municipal de São Luís.

09h00 - "O julgamento de contas pelas Câmaras Municipais". Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

10h15 - "O Poder Judiciário e julgamento das ações de improbidade administrativa no âmbito municipal". Prof. Me. Douglas Melo Martins, Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

11h00 - "Controle preventivo do Tribunal de Contas do Estado". Dr. José de Ribamar Caldas Furtado, Presidente do Tribunal de Contas do Estado/ MA".

12h00 - Almoço.

14h30 - "O Sistema Orçamentário e a Lei de Responsabilidade Fiscal". Prof. Me. Samuel de Miranda Melo, Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Luís.

15h30 - Aprovação da Ata de Fundação da Federação das Câmaras Municipais do Maranhão - FECAM/MA

17h00 - Encerramento.

IPVA: advogados querem anular inclusão de nomes de devedores no Serasa

21/08/2017 17:30:07

Ação popular pede, ainda, fim de contrato da Sefaz-MA com o Serasa

Os advogados Pedro Leonel Pinto de Carvalho e Thiago Brhanner protocolaram ontem (21), na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luis, ação por meio da qual pedem a suspensão liminar - e, no mérito, a anulação - de um contrato firmado entre o Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), e o Serasa.

Pelo contrato, a empresa inclui em seu banco de dados, devedores de IPVA, taxas e multas. Os atos que garantiram essa inserção dos nomes dos devedores também devem ser anulados, se a ação for julgada procedente.

Para os advogados, a prática é "ilegal e abusiva", pois tem o mero objetivo de coagir os contribuintes, antes mesmo de o Estado "proceder com a prévia inscrição do débito mediante a emissão de certidão de dívida ativa e consequente ajuizamento da execução fiscal".

"Sabe-se que o Fisco dispõe de meios legais para cobrar seus créditos, devendo, portanto, ser feito mediante processo judicial de execução fiscal, sendo assim inoportuna a utilização destes meios coercitivos de verdadeira constrição patrimonial moral indireta", destaca o texto ação.

Eles citam "pesadelo" em que se transformou a vida dos contribuintes maranhenses. "Nota-se que o Poder Público Estadual está a transformar em pesadelo a vida dos contribuintes ainda que não inscritos formalmente como determina o CTN em dívida ativa, quando lança mão da negativação em cadastros de restrição creditícia para efetivar a cobrança antecipada de débitos fiscais, repita-se sequer ainda constituídos legalmente", completa.

Judiciário de São Bento condena ex-prefeito de Palmeirândia por não prestar contas de convênio

Antônio Eliberto Barros Mendes, ex-prefeito municipal de Palmeirândia

O ex-prefeito municipal de Palmeirândia, Antônio Eliberto Barros Mendes, foi condenado pelo juiz Marcelo Moraes Rego de Souza, titular da comarca de São Bento, em Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Município de Palmeirândia, por deixar de prestar contas de convênio realizado com a Secretaria Estadual de Infraestrutura (SINFRA) em 2010, no valor de R\$ 221.526,90.

O ex-prefeito foi condenado - por violar o artigo 11, inciso IV da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) - à suspensão dos direitos políticos por três anos; pagamento de multa civil de dez vezes o valor da remuneração recebida por ele como prefeito de Palmeirândia; à proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, ainda que por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos e ao ressarcimento integral do dano, equivalente ao valor do convênio. De acordo com as informações da SINFRA no processo, a administração municipal não apresentou a prestação de contas, no prazo legalmente fixado, da aplicação de R\$ 221.526,90 liberados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e repassados pelo tesouro estadual, por meio do convênio nº 119/2010, aos cofres municipais. Além disso, o réu não comprovou na ação, nem que já prestou as contas relativas aos repasses mencionados, nem que estas foram aprovadas pelos órgãos competentes.

Após trânsito em julgado da sentença, a condenação deverá ser concluída no cadastro de condenados por atos de improbidade administrativa do Conselho Nacional de Justiça, determinou o juiz na sentença, de 15 de agosto.

São Luís sediará seminário para orientar presidentes de Câmaras Municipais

21/08/2017 02:22:59

Limites do Poder Legislativo municipal e esclarecimentos sobre atividades de controle e fiscalização externa. Estes serão alguns dos temas abordados durante o I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais. O evento está marcado para acontecer na próxima quarta-feira 23, no Salão Carnaúba do Rio Poty Hotel, na capital maranhense.

A abertura será feita pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Astro de Ogum (PR), e contará com a presença de representantes do Poder Executivo e Judiciário estadual, além de membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Dos 217 presidentes de câmaras municipais do Maranhão, 190 já confirmaram presença. De acordo com a programação, o seminário terá início às 9 horas e segue até às 17 horas. O credenciamento deve ser feito no próprio local, a partir das 8 horas.

Um dos palestrantes será o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, juiz Douglas de Melo Martins. Ele irá proferir palestra sobre "O Poder Judiciário e o Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa no Âmbito Municipal".

A programação inclui, ainda, palestras sobre "O sistema orçamentário e a LRF", com o procurador legislativo da CMSL, Samuel de Miranda Melo; "Controle Preventivo do TCE", que será ministrada pelo presidente do TCE-MA, conselheiro Caldas Furtado; e "O julgamento de Contas pelas Câmaras Municipais", tendo como expositor o chefe da Procuradoria-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga.

Fundação da Fecam

Durante o encontro, representantes das câmaras de vereadores devem formalizar a criação da fundação da Federação das Câmaras Municipais (Fecam) do Maranhão, nova entidade representativa do legislativo, que pretende auxiliar os chefes dos legislativos municipais.

"A ideia da criação da Fecam é unificar e representar as reivindicações das câmaras, que têm problemas muito específicos em relação às gestões municipais, e fortalecê-las na discussão com as autoridades competentes", destacou Astro de Ogum, idealizador da proposta de criação da entidade.

Programação

8h00min - Credenciamento

8h30min - Abertura: Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura de São Luís, Mesa Diretora da Câmara

Municipal de São Luís, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Procuradoria Geral da Câmara Municipal de São Luís.

9h00min - "O julgamento de contas pelas Câmaras Municipais". Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

10h15min - "O Poder Judiciário e julgamento das ações de improbidade administrativa no âmbito municipal". Prof. Me. Douglas Melo Martins, Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

11h00min - "Controle preventivo do Tribunal de Contas do Estado". Dr. José de Ribamar Caldas Furtado, Presidente do Tribunal de Contas do Estado/ MA".

12h00min - Almoço.

14h30min - "O Sistema Orçamentário e a Lei de Responsabilidade Fiscal". Prof. Me. Samuel de Miranda Melo, Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Luís.

15h30min - Aprovação da Ata de Fundação da Federação das Câmaras Municipais (Fecam) do Maranhão

17h00min - Encerramento.

São Luís sediará seminário para orientar Câmaras de Vereadores

19/08/2017 16:00:42

Limites do Poder Legislativo e esclarecimentos sobre atividades de controle e fiscalização externa compõem, em meio a outros temas, a programação do I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais que será aberto na manhã da próxima quarta-feira (23), pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís (CMSL), vereador Astro de Ogum (PR), com os dirigentes das 217 Câmaras Municipais existentes no Estado, sendo que destes 190 já confirmaram presença.

O evento deve contar com a presença do governador Flávio Dino (PCdoB), do prefeito de São Luís, Edivaldo de Holanda Júnior (PDT), representantes do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, ocorrerá no a Salão Carnaúba do Rio Poty Hotel, em São Luís. A programação inicia às 9h e segue até às 17h00. O credenciamento deve ser feito a partir das 8h00 no mesmo local.

Um dos palestrantes do evento será o juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, Douglas de Melo Martins, que vai proferir palestra sobre "O Poder Judiciário e o Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa no Âmbito Municipal".

A programação inclui ainda palestras sobre "O sistema orçamentário e a LRF", com o procurador legislativo da Câmara de São Luís, Samuel de Miranda Melo; "Controle Preventivo do TCE", que será ministrada pelo presidente do TCE, José de Ribamar Caldas Furtado; e "O julgamento de Contas pelas Câmaras Municipais", tendo como expositor o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

Durante o encontro, representantes das câmaras municipais devem formalizar a criação da fundação da Federação das Câmaras Municipais do Maranhão - FECAM/MA, nova entidade representativa do legislativo, que pretende a auxiliar os chefes dos legislativos municipais.

"A ideia da criação da FECAM/MA é unificar e representar as reivindicações das câmaras, que têm problemas muito específicos em relação às gestões municipais, e fortalece-las na discussão com as autoridades competentes", destacou Astro de Ogum, idealizador da proposta de criação da entidade.

São Luís sediará seminário para orientar presidentes de câmaras municipais

Por Luís Pablo 21-08-2017 às 05:39

Astro de Ogum presidindo a sessão da Câmara de São Luís-MA

Limites do Poder Legislativo municipal e esclarecimentos sobre atividades de controle e fiscalização externa. Estes serão alguns dos temas abordados durante o I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais. O evento está marcado para acontecer na próxima quarta-feira 23, no Salão Carnaúba do Rio Poty Hotel, na capital maranhense.

A abertura será feita pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Astro de Ogum (PR), e contará com a presença de representantes do Poder Executivo e Judiciário estadual, além de membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Dos 217 presidentes de câmaras municipais do Maranhão, 190 já confirmaram presença. De acordo com a programação, o seminário terá início às 9 horas e segue até às 17 horas. O credenciamento deve ser feito no próprio local, a partir das 8 horas.

Um dos palestrantes será o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, juiz Douglas de Melo Martins. Ele irá proferir palestra sobre “O Poder Judiciário e o Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa no Âmbito Municipal”.

A programação inclui, ainda, palestras sobre “O sistema orçamentário e a LRF”, com o procurador legislativo da CMSL, Samuel de Miranda Melo; “Controle Preventivo do TCE”, que será ministrada pelo presidente do TCE-MA, conselheiro Caldas Furtado; e “O julgamento de Contas pelas Câmaras Municipais”, tendo como expositor o chefe da Procuradoria-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga.

Fundação da Fecam

Durante o encontro, representantes das câmaras de vereadores devem formalizar a criação da fundação da Federação das Câmaras Municipais (Fecam) do Maranhão, nova entidade representativa do legislativo, que pretende auxiliar os chefes dos legislativos municipais.

“A ideia da criação da Fecam é unificar e representar as reivindicações das câmaras, que têm problemas muito específicos em relação às gestões municipais, e fortalecê-las na discussão com as autoridades competentes”, destacou Astro de Ogum, idealizador da proposta de criação da entidade.

Programação

8h00min - Credenciamento

8h30min - Abertura: Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura de São Luís, Mesa Diretora da Câmara

Municipal de São Luís, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Procuradoria Geral da Câmara Municipal de São Luís.

9h00min - "O julgamento de contas pelas Câmaras Municipais". Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

10h15min - "O Poder Judiciário e julgamento das ações de improbidade administrativa no âmbito municipal". Prof. Me. Douglas Melo Martins, Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

11h00min - "Controle preventivo do Tribunal de Contas do Estado". Dr. José de Ribamar Caldas Furtado, Presidente do Tribunal de Contas do Estado/ MA".

12h00min - Almoço.

14h30min - "O Sistema Orçamentário e a Lei de Responsabilidade Fiscal". Prof. Me. Samuel de Miranda Melo, Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Luís.

15h30min - Aprovação da Ata de Fundação da Federação das Câmaras Municipais (Fecam) do Maranhão

17h00min - Encerramento.

Cármem Lúcia manda tribunais do país detalharem salários de juízes

A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármem Lúcia, determinou que todos os tribunais do país passem a informar ao órgão os salários pagos aos juízes de forma detalhada, discriminando inclusive valores extras, como subsídios e verbas especiais.

Em portaria publicada nesta sexta-feira (18), a ministra, que também preside o Supremo Tribunal Federal (STF), ordenou que, em até 10 dias, sejam enviados ao CNJ cópia das folhas de pagamento dos magistrados de janeiro de 2017 até o mês de agosto de 2017.

A partir de setembro, os documentos passarão a ser enviados em até cinco dias após o pagamento, “para divulgação ampla aos cidadãos e controle dos órgãos competentes”, incluindo o próprio CNJ, órgão de controle do Judiciário.

Nesta semana, ganhou notoriedade o caso do juiz Mirko Vincenzo Giannotte, da 6ª Vara da Comarca de Sinop, a 503 km de Cuiabá, que recebeu R\$ 503,9 mil em vencimentos no início deste mês. (Com portais)

Leia mais:

<https://oinformante.blog.br/notas/carmen-lucia-manda-tribunais-do-pais-detalharem-salarios-de-juizes/#ixzz4qOwh6Wag>

Condenado pelo CNJ, tabelião nomeado por Nelma Sarney é suspeito de fraudar o Fisco

20/08/2017 16:29:53

Ricardo Gonçalves, o tabelião Gonçalves, personagem de folhetim jurídico que pode acabar na mesa da PF. Embora o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha, em decisão de mérito proferida em 16 de janeiro de 2017, tenha afastado definitivamente Ricardo da Silva Gonçalves da interinidade da 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís, o afortunado tabelião (registrador) retornou agora em fevereiro ao posto por obra e graça do ministro do STF, Ricardo Lewandowski, que em sede de Mandado de Segurança e ignorando a perda do objeto derrubou liminar da Ministra Nancy Andrighi, que afastara o interino do cargo cautelarmente em maio de 2016 na Reclamação Disciplinar, que dera origem ao processo.

O ministro corregedor julgou procedente o mérito RD {Leia aqui doc. 02 - Decisão de Mérito RD pelo Corregedor - 17.01.2017 } protocolada pelas Associações dos Titulares de Cartório do Maranhão (ATC/MA) e dos Notários e Registradores do Estado do Maranhão (Anoreg/MA) que aponta uma série de irregularidades praticadas por Ricardo Gonçalves, premiado por Nelma Sarney em 2014, quando esta ocupava a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão, para responder interinamente pelo cartório da 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís.

O tabelião Gonçalves foi condenado pelo CNJ por contabilizar despesas pessoais como gastos para a manutenção dos serviços da serventia extrajudicial; realizar pagamentos em contraprestação a serviços não comprovados ou especificados e sem emissão das notas fiscais correspondentes, quebra de confiança, oneração indevida da renda da serventia vaga, dentre outras irregularidades consideradas suficientes para o seu afastamento.

Para além do aspecto formal e do parapeito do STF, a RD revela uma possível manobra para burlar a Receita Federal, o que pode carimbar o ingresso da PF no caso.

A mistura do público com o privado

Com um faturamento mensal em cerca de R\$ 2 milhões, Ricardo Gonçalves na última vez prestou contas de seus gastos ao Tribunal de Justiça do Maranhão o fez através de recibos, sem apresentação de Notas Fiscais e algumas sem autorização.

Os indícios de fraudes fiscais se avolumam nos vários tópicos da representação da ATC/MA e da Anoreg/MA enviada ao CNJ. A contratação de serviços advocatícios de cunho pessoal engendrados na contabilidade como se fora de interesse da serventia é uma das suspeitas de crime contra a ordem tributária.

A transferência para o cartório de elevadas despesas com advogados autenticaria uma rota de fuga para o tabelião Gonçalves escapar do Imposto de Renda, que é também calculado pela capacidade do contribuinte em arcar com seus compromissos financeiros.

É o caso do pagamento de R\$ 300 mil reais aos advogados José Alves Paulino, Filipe Almeida Alves Paulino e Alessandro Bruno Macêdo Pinto divididos nos meses de agosto, setembro e outubro de 2014, pelos serviços referentes à interposição de Medida Cautelar, com pedido de liminar, no Superior Tribunal de Justiça com a qual pretendia garantir a sua titularidade no cartório do 1º Registro de Imóveis de São Luís, meses depois de ser nomeado como interino.

A Reclamação Disciplinar ainda apresenta vários recibos - todos feitos em seu nome - de serviços diversos sem especificação e comprovação de que foram efetivamente realizados. Um exemplo são os assinados em junho, julho, outubro e dezembro de 2014, no valor de 15 mil reais cada, por Milton José Sousa Santos por "serviços de consultoria".

De maneira inversa há também os recibos assinados em nome do cartório para cobrir suas necessidades e prazeres pessoais.

Sem que tenha aberto uma sucursal à beira da praia, a serventia consta como inquilina nos recibos de mensalidade de aluguel e caução de imóvel no Chalés e Pousadas Brumas do Araçagy!

As nuvens celestiais no céu de brigadeiro

O rol de suspeitas se estende por várias vias contratuais nos serviços de segurança, informática à compra de passagens aéreas em nome de inúmeras pessoas, sem qualquer justificativa de interesse para que o cartório de imóveis possa bancar tantas viagens.

Salta aos olhos, no entanto, o céu de brigadeiro permitido pela Corregedoria Geral de Justiça ao autorizar sem motivação, fundamentação, ou mesmo qualquer explicação, as despesas do tabelião Gonçalves, por mais que o art. 150 do Código de Divisão e Organização Judiciária determine que os encargos durante a interinidade de uma serventia sejam necessários e exclusivamente para a "manutenção dos serviços".

Segundo a RD, a falta de controle fomenta a gestão temerária de serventias na medida que um interino, a seu critério, possa fazer uso desproporcional e sem limites da arrecadação a pretexto de custear supostos encargos, que deveriam ser apenas os estritamente estabelecidos em Lei, em patente prejuízo ao erário público.

Mas mesmo assim não provocou a mínima turbulência, por exemplo, a contratação por R\$ 750 mil da empresa MS Informática, envolvida em escândalos de superfaturamento e desvio de dinheiro público durante o governo Roseana Sarney apontados em auditoria, antes mesmo da autorização do CGJ/MA para realização do serviço, conforme atesta a data da nota fiscal de R\$ 250 mil referente a primeira parcela, das três que dividiram o pagamento da referida companhia.

Ligações perigosas e rede de sustentabilidade

Mais informações

<http://garrone.com.br/condenado-pelo-cnj-tabeliao-nomeado-por-nelma-sarney-e-suspeito-de-fraudar-o-fisco/>

São Luís sediará seminário para orientar presidentes de câmaras municipais

Limites do Poder Legislativo municipal e esclarecimentos sobre atividades de controle e fiscalização externa. Estes serão alguns dos temas abordados durante o I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais. O evento está marcado para acontecer na próxima quarta-feira 23, no Salão Carnaúba do Rio Poty Hotel, na capital maranhense.

A abertura será feita pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Astro de Ogum (PR), e contará com a presença de representantes do Poder Executivo e Judiciário estadual, além de membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Dos 217 presidentes de câmaras municipais do Maranhão, 190 já confirmaram presença. De acordo com a programação, o seminário terá início às 9 horas e segue até às 17 horas. O credenciamento deve ser feito no próprio local, a partir das 8 horas.

Um dos palestrantes será o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, juiz Douglas de Melo Martins. Ele irá proferir palestra sobre “O Poder Judiciário e o Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa no Âmbito Municipal”.

A programação inclui, ainda, palestras sobre “O sistema orçamentário e a LRF”, com o procurador legislativo da CMSL, Samuel de Miranda Melo; “Controle Preventivo do TCE”, que será ministrada pelo presidente do TCE-MA, conselheiro Caldas Furtado; e “O julgamento de Contas pelas Câmaras Municipais”, tendo como expositor o chefe da Procuradoria-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga.

Fundação da Fecam

Durante o encontro, representantes das câmaras de vereadores devem formalizar a criação da fundação da Federação das Câmaras Municipais (Fecam) do Maranhão, nova entidade representativa do legislativo, que pretende auxiliar os chefes dos legislativos municipais.

“A ideia da criação da Fecam é unificar e representar as reivindicações das câmaras, que têm problemas muito específicos em relação às gestões municipais, e fortalecê-las na discussão com as autoridades competentes”, destacou Astro de Ogum, idealizador da proposta de criação da entidade.

Programação

8h00min - Credenciamento

8h30min - Abertura: Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura de São Luís, Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Luís, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Procuradoria Geral da Câmara Municipal de São Luís.

9h00min - “O julgamento de contas pelas Câmaras Municipais”. Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

10h15min - "O Poder Judiciário e julgamento das ações de improbidade administrativa no âmbito municipal". Prof. Me. Douglas Melo Martins, Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

11h00min - "Controle preventivo do Tribunal de Contas do Estado". Dr. José de Ribamar Caldas Furtado, Presidente do Tribunal de Contas do Estado/ MA".

12h00min - Almoço.

14h30min - "O Sistema Orçamentário e a Lei de Responsabilidade Fiscal". Prof. Me. Samuel de Miranda Melo, Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Luís.

15h30min - Aprovação da Ata de Fundação da Federação das Câmaras Municipais (Fecam) do Maranhão

17h00min - Encerramento.

Ex-Prefeito De Serrano Do Maranhão É Condenado Por Improbidade Administrativa

Fonte: CGJ-MA

Redação 20 ago, 2017

0

O ex-prefeito de Município de Serrano do Maranhão, Leocádio Olímpio Rodrigues, foi condenado pelo Poder Judiciário de Cururupu, em Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, por diversas práticas previstas na Lei nº 8.429/92.

O juiz Douglas Lima da Guia (Vara Única de Cururupu), condenou o ex-prefeito à perda de função pública; à suspensão dos direitos políticos pelo período de quatro anos; à multa civil no valor correspondente a dez vezes o valor da remuneração mensal recebida no ano de 2008; à proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que seja por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de três anos.

Na ação, o Ministério Público estadual sustentou que o ex-prefeito deixou de encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) documentos relativos à execução orçamentária dos recursos recebidos do FUNDEB em sua gestão. Acusou ainda que ex-gestor de deixar de realizar procedimento licitatório e contratar, irregularmente, servidores para os quadros da administração.

Notificado para apresentar manifestação preliminar nos autos, o acusado não se manifestou no prazo previsto, tendo apresentado suas razões intempestivamente. Citado, ele não contestou a ação.

Os fatos denunciados pelo MP foram comprovados pelo juiz no processo. Na análise do “Relatório de Vistoria” realizado pela Promotoria de Justiça de Serrano do Maranhão, ficou constatado que o ex-gestor não cumpriu o preceito constitucional que determina que as contas públicas fiquem acessíveis à sociedade durante todo o ano.

O magistrado observou que a ausência dos citados documentos caracteriza ofensa direta ao princípio da publicidade, vez que compete ao gestor, segundo a Constituição Federal, fornecer informações acerca da administração ao administrado – com exceção dos casos em que a segurança do estado e da sociedade sofram algum risco.

“A conduta engendrada pelo promovido (o ex-prefeito) já seria, por si só, grave, pois trata de hipótese que redundaria em desrespeito aos princípios da Administração Pública, entretanto, ganha dimensões ainda maiores quando se observa que o caso dos autos envolve o Município de Serrano do Maranhão, localidade extremamente pobre e desassistida pelo Poder Público”, afirmou Guia.

Após o trânsito em julgado da sentença - publicada no Diário da Justiça Eletrônico desta quinta-feira (17), a condenação deverá ser incluída no Cadastro de Condenados por Atos de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça.

Justiça determina que Estado forneça medicamento a paciente portadora de doença degenerativa

MARANHÃO - A juíza Rafella Saif Rodrigues, em decisão proferida na última semana na Comarca de Raposa, determinou bloqueio de recursos do Estado do Maranhão com vistas ao tratamento de uma paciente. De acordo com a sentença, o objetivo da tutela antecipada (decisão judicial com efeito imediato) é adquirir o medicamento Idebenone, que ajuda na prevenção de complicações cardíológicas e evita o crescimento do miocárdio. Esse é o segundo pedido deferido pela Justiça neste caso. O primeiro foi em 2015. A requerente é portadora da doença degenerativa “ataxia de Friedreich”, que é hereditária (genética) e que condiciona uma deterioração de determinadas células nervosas ao longo do tempo. Em muitos casos, esta doença afeta igualmente o coração, alguns ossos e as células no pâncreas que produzem insulina. A doença começa tipicamente por uma dificuldade na marcha. As pessoas com ataxia de Friedreich desenvolvem movimentos trêmulos e desajeitados nas pernas (denominada marcha atáxica) durante a infância ou o início da adolescência.

Com o agravamento da doença, a partir de 2014, a autora da ação tem a necessidade de ingestão contínua de 7 (sete) pílulas diárias do medicamento Idebenone 45 mg. Como não possui condições de trabalho nem financeiras, procurou a secretaria de Saúde de São Luís, que alegou não ser de sua responsabilidade haja vista que a requerente mora na Raposa. Ela foi informada, ainda, que tal medicamento não é encontrado na rede pública de saúde. “Demonstrada a patologia, conforme relatórios médicos anexados aos autos, bem como a necessidade de tratamento e a impossibilidade de arcar com os custos de sua cura, é dever do Estado suprir tal necessidade (...) Muito menos o judiciário poderia ficar inerte frente a urgência demonstrada por quem dele se socorreu, não deve o Estado omitir-se na garantia do direito à saúde”, destaca a magistrada em decisão datada de 2015.

Em audiência realizada recentemente, o Estado comprovou a abertura de processo licitatório para adquirir o medicamento, mas ainda não há previsão de quando estará disponível, daí a necessidade de bloqueio de recursos para imediata aquisição do Idebenone. “É importante frisar que o medicamento é para possibilitar que a vida da paciente se alongue, até que ela seja curada. Existe a possibilidade de que ela nem esteja viva ao término de um processo judicial, por isso o deferimento da tutela antecipada”, narra a magistrada na análise dos pedidos da autora, enfatizando sobre a gravidade da doença. “Defiro o pedido e determino novo bloqueio online do valor correspondente a mais seis meses de tratamento, que equivale a R\$ 1.377, 94 (mil, trezentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos) das contas do Estado, com o fim de garantir o medicamento Idebenone 45 mg (...) em caso de permanência de omissão do Estado, novos bloqueios poderão ser realizados a fim de garantir o completo tratamento da requerente”, decidiu a juíza.

Acusado de tentativa de feminicídio é julgado em Codó

CODÓ - A 3ª Vara da Comarca de Codó está realizando uma série de julgamentos neste mês, seis no total, constantes na pauta. O primeiro tribunal do júri já ocorreu, tendo como réu Antônio Barbosa Araújo. Ele estava sendo acusado de tentativa de feminicídio praticado contra Silene de Jesus. Considerado culpado, ele recebeu a pena de seis anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto. Conforme a denúncia, esse crime ocorreu em dezembro de 2011 e consta que Antônio teria ligado para Silene e pedido 200 reais emprestados. Ela teria dito que não emprestaria.

Pouco tempo depois, ao avistar Silene na rua andando de moto, ele teria batido na moto da mulher de propósito fazendo com que ela caísse. Ainda segundo testemunhas, o denunciado desceu do carro e teria disparado quatro vezes contra ela, atingindo-a por três vezes, sendo um tiro no peito e dois nas costas de Silene. Em depoimento à polícia, Antônio Barbosa teria confessado a autoria do crime, motivado, segundo ele, pelo desespero e medo de que o relacionamento dos dois chegasse ao fim. Os próximos julgamentos na unidade judicial acontece nos dias 22, 23, 29, 30 e 31 deste mês. As sessões estão marcadas para o auditório do Salão do Júri do Fórum de Codó e terão a presidência do juiz Ailton Gutemberg, titular da unidade. Os réus são Raimundo Nonato da Conceição, James Dean Silva Rodrigues, Reginaldo Sousa, Francisco Cleiton Delgado, Evilásio Santos, e Messias de Oliveira de Sousa.

Livro: Juiz analisa atuação do CNJ na regulação dos tribunais estaduais

O juiz maranhense Francisco Soares Reis Júnior lança, na próxima quinta-feira (24), na Livraria Leitura (Shopping São Luís), às 19h, o livro “Dez anos do Conselho Nacional de Justiça – a experiência de accountability adotada pelo CNJ nos tribunais de justiça estaduais (2005 - 2015)”.

Na obra, resultado da dissertação de mestrado do magistrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Reis Júnior faz análise documental da atuação do CNJ quanto à formulação, implantação e resultados obtidos pelos mecanismos de accountability (controle) adotados pelo órgão junto aos tribunais estaduais. O estudo também busca entender se a experiência do Conselho obteve êxito, identificando alguns limites, ameaças e desafios às ações da instituição.

“Quando os tribunais de justiça passaram a ter garantias de independência, os mecanismos internos de controle, sobretudo as corregedorias de justiça, demonstraram ser insuficientes e disfuncionais para estabelecer limites, fixar metas e punir desvios de conduta. Nesse cenário foi criado o CNJ em 2004, com a função de remodelar a governança judicial dos tribunais e ser a agência central de accountability judicial. É sobre esse aspecto que desenvolvi o estudo”, comenta o autor.

O juiz explica que a abordagem feita é qualitativa, por meio da análise documental e de discurso das ações, dos programas e das regulações do CNJ e dos tribunais de justiça estaduais, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionadas às atribuições daquele órgão, no período de 2005 a 2015.

O evento de lançamento da obra tem o apoio da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) e Associação dos Magistrados (AMMA) e reunirá advogados, juízes, desembargadores, professores e estudantes de Direito, além de outros representantes da classe jurídica.

Francisco Soares Reis Júnior é juiz titular da 2ª Vara Criminal da comarca de Timon (MA), mestre em Ciência Política, com especialização em Direito Constitucional pela PUC-SP, atuando atualmente como professor das disciplinas de Ciência Política e Filosofia do Direito do Departamento de Direito da UFPI.

SERVIÇO:

Lançamento do livro: “Dez anos do Conselho Nacional de Justiça – a experiência de accountability adotada pelo CNJ nos tribunais de justiça estaduais (2005 - 2015)”.

Editora: Lumen Juris - Direito

Data: 24 de agosto de 2017

Horário: 19h

Local: Livraria Leitura – Shopping São Luís (Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty)

(Assessoria de Comunicação do TJMA)

Cartórios, Juiz e prefeito se reúnem para tratar de regularização de imóveis

O prefeito Magno Bacelar se reuniu na tarde desta segunda-feira (21) com o juiz titular da 1ª vara da comarca de Chapadinha, Dr Cristiano Simas, e com representantes dos cartórios do 1º e do 2º ofício. A pauta da reunião foi a necessidade de regularizar os registros de imóveis urbanos e rurais de Chapadinha para ajudar a melhorar a arrecadação própria do município.

Na companhia do assessor jurídico Dr Fabyo Lima, do assessor técnico Telmo José Mendes e do secretário de Comunicação Eduardo Braga, o prefeito discutiu a formulação de um termo de cooperação técnica entre a Prefeitura de Chapadinha e os cartórios para que seja feito um cadastro imobiliário com uma tabela de valores genéricos que combata a sonegação de impostos nas transações de compra e venda.

“O município está buscando todas as maneiras para driblar os efeitos da crise econômica dentro da lei e com o menor prejuízo possível para a população. A intenção é cobrar de quem deve e de quem de fato pode pagar”, disse na oportunidade o assessor Fabyo Lima.

O trabalho conjunto da prefeitura e dos cartórios tornará o município menos dependente dos repasses de recursos do governo federal e deve mostrar resultados ainda neste ano.

IPVA: advogados querem anular inclusão de nomes de devedores no Serasa

Os advogados Pedro Leonel Pinto de Carvalho e Thiago Brhanner protocolaram ontem (21), na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luis, ação por meio da qual pedem a suspensão liminar – e, no mérito, a anulação – de um contrato firmado entre o Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), e o Serasa.

Pelo contrato, a empresa inclui em seu banco de dados, devedores de IPVA, taxas e multas. Os atos que garantiram essa inserção dos nomes dos devedores também devem ser anulados, se a ação for julgada procedente.

Para os advogados, a prática é “ilegal e abusiva”, pois tem o mero objetivo de coagir os contribuintes, antes mesmo de o Estado “proceder com a prévia inscrição do débito mediante a emissão de certidão de dívida ativa e consequente ajuizamento da execução fiscal”.

“Sabe-se que o Fisco dispõe de meios legais para cobrar seus créditos, devendo, portanto, ser feito mediante processo judicial de execução fiscal, sendo assim inoportuna a utilização destes meios coercitivos de verdadeira constrição patrimonial moral indireta”, destaca o texto ação.

Eles citam “pesadelo” em que se transformou a vida dos contribuintes maranhenses. “Nota-se que o Poder Público Estadual está a transformar em pesadelo a vida dos contribuintes ainda que não inscritos formalmente como determina o CTN em dívida ativa, quando lança mão da negativação em cadastros de restrição creditícia para efetivar a cobrança antecipada de débitos fiscais, repita-se sequer ainda constituídos legalmente”, completa.

Acusado de tentativa de feminicídio é julgado em Codó

A 3ª Vara da Comarca de Codó está realizando uma série de julgamentos neste mês, seis no total, constantes na pauta. O primeiro tribunal do júri já ocorreu, tendo como réu Antônio Barbosa Araújo. Ele estava sendo acusado de tentativa de feminicídio praticado contra Silene de Jesus. Considerado culpado, ele recebeu a pena de seis anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto.

Conforme a denúncia, esse crime ocorreu em dezembro de 2011 e consta que Antônio teria ligado para Silene e pedido 200 reais emprestados. Ela teria dito que não emprestaria. Pouco tempo depois, ao avistar Silene na rua andando de moto, ele teria batido na moto da mulher de propósito fazendo com que ela caísse.

Ato contínuo, o denunciado desceu do carro e teria disparado quatro vezes contra ela, atingido-a por três vezes, sendo um tiro no peito e dois nas costas de Silene. Em depoimento à polícia, Antônio Barbosa teria confessado a autoria do crime, motivado, segundo ele, pelo desespero e medo de que o relacionamento dos dois chegasse ao fim.

Os próximos julgamentos na unidade judicial acontece nos dias 22, 23, 29, 30 e 31 deste mês. As sessões estão marcadas para o auditório do Salão do Júri do Fórum de Codó e terão a presidência do juiz Ailton Gutemberg, titular da unidade. Os réus são Raimundo Nonato da Conceição, James Dean Silva Rodrigues, Reginaldo Sousa, Francisco Cleiton Delgado, Evilásio Santos, e Messias de Oliveira de Sousa.

O julgamento desta terça-feira (dia 22) traz como réu James Dean Silva Rodrigues, acusado de ter matado a facadas Francisco das Chagas Pereira da Luz. Segundo o inquérito policial, o crime aconteceu em outubro de 2004, quando acusado e vítima discutiram fortemente e, em meio às agressões e empurrões, James Dean teria sacado uma arma branca (faca) e golpeado Francisco das Chagas.

Mesmo ferida, a vítima ainda tentou fugir de James, mas foi alcançada e novamente atingida por golpes de faca. Todo o episódio foi presenciado por várias testemunhas, que confirmaram a intenção de James Dean em matar Francisco das Chagas.

Pergentino Holanda

21/08/2017

Bernardo e aula inaugural

Mais de 300 pessoas, entre autoridades militares e civis, lotaram o auditório do Palácio Henrique de La Roque, na semana passada, para ouvir o desembargador José Bernardo Rodrigues, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) falar sobre o tema “Direitos Sociais e Cidadania”, à guisa de aula inaugural para os cadetes da 23ª turma do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, que tem o suporte acadêmico da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Vereadores debaterão o julgamento de prestação de contas de ex-prefeitos

CARLA LIMA/SUBEDITORA DE POLÍTICA

21/08/2017

Após decisão do STF, parlamentares passaram a ser os responsáveis por julgar as contas dos gestores municipais; antes era de competência do TCE

Astro de Ogum, com apoio do MP e TJ, vai reunir presidentes de Câmaras para esclarecimentos sobre a função. Ocorrerá esta semana o Seminário de Gestores de Câmaras Municipais. O evento tem o objetivo de informar aos presidentes de legislativos sobre a necessidade do julgamento de prestação de contas de prefeitos. Esse seminário evidenciará uma lacuna que existe na função dos vereadores, que é de julgar as contas dos gestores municipais. Em São Luís, por exemplo, a Câmara Municipal nunca julgou qualquer prestação de contas de prefeitos da capital.

Há cerca de um ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a competência para julgar as contas de prefeitos é da Câmara Municipal e não do Tribunal de Contas do Estado (TCE) como vinha ocorrendo e que, nas últimas eleições, chegou a ser decisivo para inelegibilidade de ex-prefeitos.

Como o imbróglio jurídico foi superando, as Câmaras Municipais passaram a ser cobradas para que os vereadores passassem a analisar e julgar as contas. A pressão ocorreu por parte do Ministério Público Estadual (MP) e o Poder Judiciário. Para os parlamentares da maioria do Maranhão, a dificuldade é falta de técnicos para auxiliar na análise das contas.

Um exemplo ocorreu em São Luís. O presidente da Câmara da capital, vereador Astro de Ogum (PR), assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MP se comprometendo em colocar para apreciação dos vereadores as contas de ex-prefeitos a partir da gestão de Tadeu Palácio ainda em 2017.

O presidente foi além e solicitou do TCE o envio dos pareceres de prestação de contas de 1995, 2000, 2005, 2006, 2007 e 2008, que compreende as gestões de Jackson Lago, Conceição Andrade e Tadeu Palácio.

Quando assinou o TAC, Ogum lembrou que a Câmara de São Luís terá dificuldades em julgar as contas porque não há técnicos específicos para o trabalho. "Câmara Municipal é uma casa política, onde nunca fora realizado concurso público, o que justifica a ausência de técnicos aptos para cumprir um papel de tamanha magnitude e responsabilidade", disse Astro na época.

A realidade do Legislativo da capital é a mesma da maioria das demais Câmaras.

Evento

Sabendo das dificuldades para que as Câmaras Municipais cumpram essa função, o presidente Astro de Ogum organizou um seminário que reunirá todos os presidentes de Legislativos Municipais do Maranhão para que a eles sejam esclarecidas as regras para o julgamento de contas de gestores municipais.

O I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais está marcado para acontecer na próxima quarta-feira, 23, no Salão Carnaúba do Rio Poty Hotel, na capital maranhense.

A abertura será feita por Astro de Ogum e contará com a presença de representantes do Poder Executivo e Judiciário estadual, além de membros do Ministério Público e do TCE.

A principal palestra para os presidentes de Câmara será a do juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, juiz Douglas de Melo Martins. O tema da palestra do magistrado é "O Poder Judiciário e o Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa no Âmbito Municipal".

Haverá ainda palestras sobre sistema orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com o procurador da Câmara Municipal de São Luís, Samuel de Miranda Melo; sobre o controle preventivo do TCE, que será ministrada pelo presidente do TCE/MA, conselheiro Caldas Furtado; e outro especificamente sobre o julgamento de contas de prefeitos, que será feita pelo procurador-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga.

Acusado de tentativa de feminicídio é julgado em Codó

A 3ª Vara da Comarca de Codó está realizando uma série de julgamentos neste mês, seis no total, constantes na pauta. O primeiro tribunal do júri já ocorreu, tendo como réu Antônio Barbosa Araújo. Ele estava sendo acusado de tentativa de feminicídio praticado contra Silene de Jesus. Considerado culpado, ele recebeu a pena de seis anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto.

Conforme a denúncia, esse crime ocorreu em dezembro de 2011 e consta que Antônio teria ligado para Silene e pedido 200 reais emprestados. Ela teria dito que não emprestaria. Pouco tempo depois, ao avistar Silene na rua andando de moto, ele teria batido na moto da mulher de propósito fazendo com que ela caísse.

Ato contínuo, o denunciado desceu do carro e teria disparado quatro vezes contra ela, atingido-a por três vezes, sendo um tiro no peito e dois nas costas de Silene. Em depoimento à polícia, Antônio Barbosa teria confessado a autoria do crime, motivado, segundo ele, pelo desespero e medo de que o relacionamento dos dois chegasse ao fim.

Os próximos julgamentos na unidade judicial acontece nos dias 22, 23, 29, 30 e 31 deste mês. As sessões estão marcadas para o auditório do Salão do Júri do Fórum de Codó e terão a presidência do juiz Ailton Gutemberg, titular da unidade. Os réus são Raimundo Nonato da Conceição, James Dean Silva Rodrigues, Reginaldo Sousa, Francisco Cleiton Delgado, Evilásio Santos, e Messias de Oliveira de Sousa.

IMPERATRIZ | Projeto Casamentos Comunitários oficializa união de 294 casais

21/08/2017 15:08:36

Duzentos e noventa e quatro casais participaram da 3ª edição deste ano do projeto "Casamento Comunitário", em Imperatriz, realizada no Centro de Convenções da cidade. A cerimônia foi aberta pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, acompanhado pela ministra Nancy Andrichi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Somente este ano, a Comarca realizou o matrimônio de cerca de 500 casais.

Os desembargadores Jorge Rachid, Jamil Gedeon, José Bernardo Rodrigues e o juiz Ângelo Santos (presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão) prestigiaram a cerimônia, ocorrida no fim da tarde da última sexta-feira (18) e coordenada pelo juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto com a parceria da Prefeitura Municipal de Imperatriz.

Autoridades locais, políticas, militares e civis prestigiaram a oficialização dos casais, que contou com a presença dos juízes que ajudaram na realização da cerimônia: Marco Antonio de Oliveira (diretor do Fórum); Genivaldo Pereira Silva (1ª Vara de Família); Delvam Tavares (Vara da Infância e Juventude); Iris Danielle de Araújo Santos (3ª Vara de Família); Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia (2ª Vara Cível); Fábio Gondinho de Oliveira (4ª Vara Cível); Weliton Sousa Carvalho (4ª Vara Criminal); Gladston Cutrim (Corregedoria); Gisa Fernanda Mendonça (1ª Vara de Estreito); Glender Malheiros (1ª Vara de João Lisboa) e os juízes de Paz, Ciro Rodrigues e Luziane Lucena.

Também compareceram ao evento a desembargadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Márcia Minalez (que estava acompanhando a ministra do STJ, Nancy Andrichi), e o presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (ANAMAGES), Magid Nauef Láuar, juiz de direito do TJMG.

RESPEITO - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, relembrou a importância do respeito mútuo entre os casais, sem violência e com amor. "Este é um projeto que dá a oportunidade de oficializar uniões de acordo com a lei. Muitos já vivem juntos há muito tempo, continuam sendo companheiros e se amando. Desejo que sejam muito felizes e digo aos noivos e noivas que tenham uma nova lua de mel", enfatizou o presidente do TJMA.

Cleones Cunha fez uma ressalva ao desembargador Jorge Rachid, idealizador do projeto "Casamentos Comunitários", no Judiciário do Maranhão. "Quando surgiu a ideia deste projeto, eu não acreditei. Mas desde a primeira edição, a iniciativa mostrou-se necessária, quando reuniu 250 casais, em praça pública, no ano de 1999, em São Luís. Eu faço um agradecimento especial ao desembargador Rachid, em nome dos mais de 100 mil casais que já oficializaram a união nos casamentos comunitários", completou o presidente do TJMA.

CASAMENTOS - Ao som da Banda de Música do Quinquagésimo Batalhão de Infantaria e Selva (50 BIS), os noivos foram recepcionados por dama de honra e um ator, representando o personagem "Charles Chaplin", em

espaço montado especialmente para registro fotográfico dos melhores momentos da cerimônia.

Os noivos mais idosos, os aposentados Calistro Pereira da Silva (74 anos) e Maria Mendes de Sousa (72 anos), foram casados pelo juiz Fábio Gondinho. Juntos há 50 anos, o casal recebeu o apoio da única filha e neto para oficializarem a união. A ministra do STJ, Nancy Andrighi, entregou a certidão de casamento aos noivos. "Que exemplo de amor contundente é dado por este casal, que vocês sejam muito felizes", almejou a ministra.

Cleilton Gonçalves Silva e Jocilene Silva Macedo foram os mais jovens da cerimônia. Ambos com 17 anos, os estudantes foram casados pelo juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Gladiston Cutrim. A certidão de casamento foi entregue pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha.

"Estamos realizando a terceira edição de mais um projeto "Casamento Comunitário". O casamento continua uma instituição forte e abençoada, eis que casa-se muito mais do que divorcia-se, digo isto com a firmeza de ser um juiz de Vara de Família", revelou o juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto.

PRÊMIOS - A estrutura da cerimônia contou com o apoio da Prefeitura de Imperatriz por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município. Aos nubentes, foi disponibilizado um espaço decorado com bolo de casamento para registros fotográficos. Ao final, os casais participaram de sorteios de prêmios doados por empresários e comerciantes da cidade.

PROJETO - O projeto "Casamentos Comunitários" foi instituído pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão no ano de 1999, na gestão do então corregedor-geral Jorge Rachid. Destinado a pessoas de baixa renda, o projeto já possibilitou a oficialização de mais de 100 mil uniões em todo o Estado. Todos os atos de registro civil necessários à realização dos casamentos são gratuitos para os noivos, que são dispensados do pagamento das taxas referentes às despesas cartorárias.